



ARTIGOS

**OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE
E UM CAMINHO PELO MEIO**

*Luiz Augusto de Paula Souza (Tuto)**

*Todo homem deseja o saber.
Aristóteles*

Objetividade, subjetividade e as relações que estabelecem entre si, tanto nas ciências quanto na filosofia, têm variados usos e sentidos. Não se irá recensar ou discutir essas variações. Muito mais singelamente, o limite será uma certa abordagem do assunto para, por meio dela, apontar uma implicação na fonoaudiologia.

O pressuposto aqui é de que não há uma fronteira rígida entre as dimensões objetiva e subjetiva, na medida em que se interpenetram e interagem sem, necessariamente, confundirem-se. Objetivo e subjetivo são, por essa via, níveis ou dimensões das atividades humanas e não instâncias opostas e de naturezas divergentes.

* Fonoaudiólogo, mestre em Distúrbios da Comunicação, doutor em Psicologia Clínica e professor associado da Faculdade de Fonoaudiologia e do PEPG em Fonoaudiologia da PUC-SP.

Para escandir este ponto de vista, no sentido de melhor demarcar diferenças em relação à perspectiva a ser trabalhada, pode ser proveitoso mencionar uma visão bastante comum e arraigada sobre as noções de “objetivo” e “subjetivo”. Visão derivada de um uso aligeirado da tradição kantiana (Kant, 1987), na qual a *objetividade*, ou o que releva do objeto¹, não se confundiria com o pensamento e a imaginação do sujeito. Nas ciências, por exemplo, a objetividade – assim concebida – só pode ser alcançada à custa da exterioridade do sujeito que conhece. Exterioridade a ser obtida por meio da utilização rigorosa e sistemática de procedimentos de experimentação e observação supostamente capazes de garantir a exclusão do sujeito em relação ao objeto, condição que seria básica para legitimar a pesquisa científica e os conhecimentos dela decorrentes.

Por conseqüência, nesta acepção, o *subjetivo* é o que pertence ao sujeito individual. A *subjetividade* diria respeito apenas àquilo que deriva do mundo subjetivo: impressões, ilusões, opiniões, etc. Aliás, como esses elementos psicológicos podem variar de sujeito para sujeito (na medida em que são pensados como individuais), não raro – ao menos no âmbito científico – tem conotação pejorativa a afirmação de que algo é subjetivo.

A separação categórica das dimensões objetiva e subjetiva, além de ter sido naturalizada, funciona como uma espécie de plataforma, a partir da qual uma série de “interpretações” são lançadas ao uso corrente. Na fonoaudiologia, por exemplo, tem sido relativamente comum a ocorrência desse tipo de uso em certas distinções entre perspectivas clínicas: de um lado aquelas cuja ênfase recai sobre os aspectos orgânicos e, de outro, as que enfatizam a constituição psíquica do sujeito no diagnóstico e no tratamento fonoaudiológicos.

Embora haja diferenças não negligenciáveis entre essas posições clínicas da fonoaudiologia, as análises que tendem à polarização, por meio da delimitação de uma espécie de “clínica do objetivo” ou de “clínica do subjetivo”, podem estar admitindo que a valorização da dimensão orgânico/biológica lamina as questões envolvidas na constituição do sujeito e vice-versa. Desse modo, mesmo quando não há a intenção de desqualificar uma das perspectivas em proveito da outra,

1. Etimologicamente, *objeto* significa “aquilo que é jogado à frente” e, por conseqüência, *objetivo* é “o que se tem diante de si como meta ou finalidade”.

tal separação indica uma necessária relação de exterioridade entre o psíquico e o orgânico ou, em outras palavras, ela permanece tributária do dualismo psico-físico cartesiano, ainda dominante.

Por essa via, sugerir (como fizemos no início) uma vaso-comunicação entre objetivo e subjetivo, como também não distinguir-lhes a natureza, seriam equívocos consideráveis. Seriam... Mas, como diziam nossos avós, é bom ir devagar com a louça.

A abordagem em separado do corpo e da alma (psiquismo) comporta variações mas, como foi apontando, com pelo menos um efeito (ou perigo) decisivo e comum: a “essencialização” polarizada da existência; num dos pólos, o predomínio hegemônico do biológico; no outro, a supremacia messiânica e/ou idealista da alma (psique).

As variações do esquema dualista precisam, para vingar, apoiarem-se em pelo menos duas premissas: 1- a unidade individual do sujeito; 2- a dupla natureza do humano, ou seja, a unidade individual fundada por duas instâncias inconciliáveis – corpo e alma.

Ora, essa tradição supõe uma humanidade essencializada e constante, que não deixa espaço para qualquer movimento de diferenciação substancial. Equivale a dizer que as mudanças só podem se dar na forma, uma vez que, no fundamental, o humano seria imutável ou sempre igual a si mesmo. E o que é a mutação da forma sem alteração do conteúdo? É, em acordo com Nietzsche (1987), a moda ou os modismos.

Todavia, se se for capaz de suspender o juízo moral², que essa concepção impõe, será possível ver que nem psíquica, nem biologicamente o humano permanece exatamente idêntico a si mesmo, seja do ponto de vista filogenético ou do ontogenético. Corpo e alma sofrem diferenciações ao longo da existência e da história: não temos exatamente o mesmo corpo de outrora, nem as mesmas idéias, nem os mesmos desejos, nem os mesmos sonhos... e eles não mudaram apenas de aparência, mas também de natureza, e de maneira dinâmica e descontínua. Em síntese, o humano se define e se molda processualmente.

2. Moral porque submetido ao conjunto preexistente de normas e valores sociais, com os quais os indivíduos se orientam na vida comum.

Se for assim, os processos de diferenciação, pelos quais o humano passa e nos quais se constitui, apontam para a impossibilidade de unificação, ao menos em termos de uma unidade individual fechada sobre si mesma. Ao contrário, a processualidade não cessa de nos fazer um *sempre-outro* (Deleuze, 1992); as formalizações – subjetivas e objetivas – que inventamos são desacelerações dos processos vitais, aliás, absolutamente necessárias à vida, em especial à vida humana, pois sem elas não existiriam a forma homem, nem conhecimentos, sociedades, etc.

Porém, igualmente indispensáveis são as desestabilizações e transformações a que estamos sujeitos – em maior ou menor grau, dependendo da época e das circunstâncias individuais e coletivas –, sem o que permaneceríamos idênticos a nós mesmos, numa eterna permanência do mesmo. Se apenas reedita-se uma suposta condição ou essência original, não há criação possível e, por consequência, também não pode haver ciência, arte, filosofia... na verdade é a vida, ela mesma, que perderia suas condições de possibilidade, pois até os ciclos vitais (nascimento, vida e morte) seriam inviáveis, na medida em que também eles dependem de mudanças substantivas, tanto no que chamamos biológico, quanto – no caso do humano – no que designamos por psíquico.

Na fonoaudiologia, essa percepção permite ver, por exemplo, que do mesmo modo que os signos (material psíquico por excelência) incorporam o biológico, eles se encarnam *no* corpo, como faces ou registros de um mesmo sistema processual. O corpo contrai os signos (materiais e imateriais) nas relações que estabelece com o mundo, deles se apropria anatômica, fisiológica e metabolicamente, mas não necessariamente sem estranhamento, sem desassossego; daí também o medo que se sente todas as vezes em que algo, de fato, se transforma. É como se o chão faltasse, pois esmaece a suposta terra firma das convicções, sentimentos, valores...

A virulência, a intensidade das diferenças é o que provoca o medo de desorganizar-se, de sucumbir inevitavelmente. Trata-se da dificuldade – oriunda dos perfis subjetivos dominantes – em ver que os processos de diferenciação não são, necessariamente, o anúncio do fim, mas às vezes o seu contrário: expansão do “mundo” para além das formas dadas, naquilo que a consciência (serva do seu tempo) geralmente não pode ou não quer alcançar.

O dualismo psicofísico, assim como a idéia de essência fundadora (seja ela divina ou racional/biológica) e de sujeito unitário, entre outras ilusões, são uma espécie de logro que a modernidade se impôs como anestésico para a dor da finitude, da provisoriidade das formas nas quais nos reconhecemos: medo do desconhecido, do imprevisível, do acaso do encontro com o outro.

Neste sentido, é possível dizer que, no âmbito das relações entre as dimensões *objetiva* e *subjetiva*, mesmo que seja pertinente pensar na existência de muitos fenômenos e processos naturais independentes da espécie humana, não é possível separá-los do humano quando estão submetidos à sua ação e à sua reflexão, pois fora delas não podem ser tomados por objetos. Significa dizer que, enquanto objetos de estudo e intervenção, não são coisas em si. Ao contrário, sua existência é (re)produzida a partir do humano, por isso atravessada e hibridada por ele, ou seja, os objetos de estudo não estão disponíveis *in natura*, são construídos pela ação humana.

Na medida em que uma coisa é tocada pela “mão” do homem, ela é necessariamente implicada no humano, incorpora-se a seus contornos subjetivos: nas formas de pensar, de sentir, de desejar, etc. Dessa maneira, certos elementos presentes nos perfis subjetivos e no inconsciente das pessoas e grupos sociais também compõem os objetos que vão sendo criados e delimitados. Sendo assim, também os fenômenos e processos não/humanos só têm existência para a espécie humana quando, de algum modo, fazem composições com ela.

Depreenda-se daí que o humano também não é feito apenas e de uma vez por todas por características intrínsecas à espécie, antes por composições dinâmicas entre seus membros e destes com outros animais e com o meio ambiente. Estas combinações constroem o humano como processo de processos, forjado pelos objetos – materiais e imateriais – que constitui, como também pelos que destitui ao longo de sua história.

A subjetividade, como se pode ver, não seria só ou principalmente individual, tampouco apenas um conjunto de características psicológicas, discerníveis por uma operação moral da consciência individual. Por subjetividade, entenda-se então um conjunto de coordenadas na consciência, que articulam vetores sociais (políticos, culturais...) e idiosincrasias individuais no manejo das determinações e circunstâncias coletivas.

As subjetividades podem ser ditas então como contenções parciais e provisórias de situações e acontecimentos gerais e particulares, que se sobrepõem e convivem. Uma subjetividade capitalista, por exemplo, sobredetermina uma dada subjetividade feminina ou masculina; outra familiar e profissional e assim por diante. São resultantes de construções coletivas, que ganham contornos e expressões individuais.

No entanto, a constituição subjetiva, embora seja fortemente marcada por tais contenções, não se reduz a elas. O psiquismo tem outra faceta mais fundamental. Para além da atividade consciente e racional, há outras forças, que interferem e comandam, em grande medida, a construção – processual e dinâmica – do sujeito. Trata-se de forças implicadas no desejo, capazes de vazar a razão e de condicioná-la, pois

o desejo é um sistema aberto de signos, constituído à revelia de codificações ou formalizações preexistentes e a partir do qual são gerados fluxos de inconsciente. Sistema este produzido nas relações entre as pessoas e destas com as coisas, responsável pela potência humana de afetar e ser afetado pelo outro³. (Paula Souza, 2000, p. 2)

Nessa direção, a subjetividade é definida a partir de duas instâncias indissociáveis, mas também irreduzíveis: uma relativa à percepção e intervenção humanas conscientes (subjetividade), e outra que fende e transforma a primeira com intensidades e velocidades variáveis, de acordo com a quantidade e a qualidade de fatores interferentes nas experiências de um dado sujeito e/ou grupo social. Tal instância nasce de encontros entre os corpos, nos quais são produzidos efeitos que, algumas vezes, marcam e operam transformações irreversíveis na condição humana individual e coletiva. As subjetividades, como formalizações ou contenções parciais e provisórias, correspondem aos efeitos desse processo humano mais visceral e sutil, que tem o nome de inconsciente.

3. Sobre esta concepção de desejo ver, por exemplo, Deleuze e Parnet (1998) e Rolnik (1989).

Tais marcas diferenciadoras, que os processos de subjetivação ou inconsciente engendram, impregnam e pressionam as subjetividades, forçando-as a se abrirem para dar conta de elaborá-las. A incorporação e o processamento dessas marcas geram novas formalizações, redesenhando assim os perfis subjetivos.

A objetividade, por esta via, não demanda a exclusão do subjetivo ou sua exterioridade, antes corresponde a uma de suas vertentes de efetuação. À objetividade concerne a atividade cognitiva de discriminar e organizar sistematicamente aquilo que se apreende do mundo, digamos assim, natural e social. Entendida desta maneira, ela deriva dos atos e procedimentos metódicos e sistemáticos, quando eles são caracterizados pela suspensão dos julgamentos morais, isto é, pelo exercício de discriminar, na constituição de um objeto de conhecimento, aquilo que corresponde à atualização de preconceitos, valores, opiniões daquilo que se apresenta e pode ser demonstrado como diferente ou inédito na constituição, na exploração e/ou nos resultados do estudo de um dado objeto. Em síntese, a objetividade não exclui a dimensão subjetiva, diferentemente, nasce da plasticidade que as relações entre os planos da consciência e do inconsciente engendram, orientando-se pela intersecção entre eles, ou seja, por uma equação móvel entre razão e desejo.

Por fim, se forem aceitos estes novos parâmetros, será possível extrair deles uma implicação importante para a fonoaudiologia – como foi proposto no início do texto. A saber: quando dicotomiza objetivo/subjetivo e orgânico/psíquico, a fonoaudiologia pode, na melhor das hipóteses, inventariar aspectos superficiais e aparentes, sendo que sua intervenção estará limitada à condição formal da produção de conhecimento, que é a de remeter àquilo que foi inventariado às grades explicativas/operativas previamente dadas, sejam elas centradas no orgânico ou no simbólico/psíquico, pouco importa. O fato relevante é que tais cisões deixam escapar aspectos fundamentais: o caráter imanente do psiquismo ou sua constituição no corpo; o sentido processual do humano ou sua *não* essencialização; e a condição humana de definir-se *na* e *pela* alteridade, ou seja, pelo acaso do encontro com o outro (todos os outros).

Seja como for, em que pesem os hábitos, tradições e valores agarrados ao que se supõe conhecer e controlar, o humano (aí incluídos os fonoaudiólogos) vai continuar, em alguma medida, a se engendrar, a desmanchar e a (re)germinar

por todo o tempo que invente e perdue; ele vai se transmutar, retornando como diferença, indistintamente na carne e nos signos, uma vez que estes são instâncias da mesma coisa: a condição humana. Porém, é bom lembrar que, quando aqui se fala em diferença, trata-se daquelas que fazem diferença e não apenas de nuances formais. Diferenças que emergem das circunstâncias e dos momentos em que a existência é vivida como obra de arte (Foucault, 1985), tanto por meio de linhas de resistência aos saberes, ilusões e poderes totalizantes, quanto pela criação de novos sentidos e formas de viver. Numa última expressão – na posteridade de Spinoza: *paixões alegres*.

Resumo

Com o objetivo de subsidiar o trabalho clínico e de pesquisa em terapia da linguagem, este artigo discute a dicotomia entre objetividade e subjetividade, apontando para uma concepção na qual estas noções não se excluem, ao contrário, correspondem a dimensões dependentes e que se complementam nos processos humanos.

Palavras-chave: *objetividade, subjetividade, método clínico.*

Abstract

With the purpose of subsidizing the clinical work and research in language therapy, this article discusses the dichotomy between objectivity and subjectivity, pointing to a conception in which these notions do not exclude one another; on the contrary, they correspond to dependent dimensions that complement one another in the human processes.

Key-words: *objectivity, subjectivity, clinical method.*

Resumen

Con el objetivo de subsidiar el trabajo clínico y de investigación en terapia del lenguaje, este artículo discute la dicotomía entre objetividad y subjetividad

y apunta hacia una concepción en la que estas nociones no se excluyen, al contrario, corresponden a dimensiones dependientes y que se complementan en los procesos humanos.

Palabras claves: objetividad, subjetividad, método clínico.

Referências bibliográficas

- DELEUZE, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro, 34 Letras.
- DELEUZE, G. e PARNET, C. (1998). *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo, Escuta.
- FOUCAULT, M. (1985). *História da sexualidade: o cuidado de si*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Iluminuras.
- KANT, I. (1987). *Crítica da razão pura*. São Paulo, Nova Cultural (Col. Os Pensadores).
- NIETZSCHE, F. (1987). *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun. São Paulo, Nova Cultural (Col. Os Pensadores).
- PAULA SOUZA, L. A. de (2000). *Da gagueira entre o medo e o desejo*. São Paulo, PUC-SP, Faculdade de Fonoaudiologia (mimeo).
- ROLNIK, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, Estação Liberdade.

Recebido em ago/00; aprovado em set/00